
IDENTIDADE E UNIVERSALIDADE PALESTINA: UMA APRESENTAÇÃO DO POETA MAHMOUD DARWISH

PALESTINIAN IDENTITY AND UNIVERSALITY: A PRESENTATION OF THE POET MAHMOUD DARWISH



Dossiê

Atualidade do realismo: utopia e distopia

Organizadores:

Prof.^a Dr.^a Ana Laura dos Reis
Corrêa



Prof. Dr. Martín Ignacio Koval



Prof.^a Dr.^a Renata Altenfelder
Garcia Gallo



v. 32, n. 62, agosto, 2023
Brasília, DF
ISSN 1982-9701



Fluxo da Submissão

Submetido em: 25/08/2022

Aprovado em: 29/03/2023

Distribuído sob



Ana Aguiar Cotrim

anacotrim6@gmail.com

Professora de Literatura e Estética na Licenciatura em Educação do Campo da UnB e professora orientadora no Programa de Pós-Graduação em Literatura da UnB. Pós-Doutoranda em Literatura pela UFMG. Graduada, Mestre e Doutora em Filosofia pela USP. Trabalha nas áreas de estética e literatura, literatura brasileira, marxismo, questão palestina e a relação de literatura e movimentos sociais.

Resumo/Abstract

Palavras-chave/Keywords

Este texto tem a finalidade de apresentar o poeta nacional palestino Mahmoud Darwish, abordando dois de seus poemas que estão entre os mais célebres, *Carteira de Identidade* e *Discurso do índio vermelho*, também conhecido como *O penúltimo discurso do pele-vermelha ao homem branco*. Procuro mostrar como se constroem nesses poemas a identidade do povo palestino e um sentido da sua universalidade. Para isso, faço antes uma breve exposição sobre a questão palestina, centrada no apagamento do povo palestino pela ideologia sionista.

Mahmoud Darwish, poesia palestina, sionismo, colonização, apagamento e identidade

This text aims to present the Palestinian national poet Mahmoud Darwish, addressing two of his poems that are among the most famous, *Identity Card* and *Speech of the Red Indian*, also known as *The penultimate speech of the Red Indian to the white man*. I intend to show how these poems construct the identity of the Palestinian people and a sense of its universality. In order to do so, the text begins with a brief presentation on the Palestinian question, centered on the erasure of the Palestinian people by the Zionist ideology.

Mahmoud Darwish, Palestinian Poetry, Zionism, Colonization, Erasure and Identity

O processo extemporâneo de colonização da Palestina pelo movimento europeu do sionismo consistiu em tamanha catástrofe para a população árabe palestina e motivou uma resistência tão significativa, que acabou por se constituir em símbolo e referência para compreender em sentido amplo o colonialismo, o racismo e a rapina capitalista sobre todos os povos do globo, bem como a sua resistência. Por isso, temas muito recorrentes na literatura palestina posterior à ocupação sionista expressam relações que extrapolam a própria realidade palestina, e se constituem como figurações de formas da dominação universais e fundantes do mundo capitalista moderno. Expropriação das próprias terras, expulsão, subordinação a partir de uma matriz étnica, limpeza étnica, exílio, pertencimento e despertencimento são temas comuns na literatura palestina posterior à ocupação, e são abordados tomando como objeto a própria história palestina, mas também de outras sociedades e povos. São presentes as histórias de colonizações que compõem o processo da chamada acumulação primitiva do capital, como dos povos indígenas das Américas, das quais as mais conhecidas encontram-se na obra do poeta nacional Mahmoud Darwish. Mas também se tomam personagens árabes submetidos a outras condições, a fim de figurar temas que são próprios da questão palestina, mas também universais, como o pertencimento, bem como personagens judeus submetidos à perseguição e genocídio antissemita: do primeiro caso, é exemplo o conto *Morte na cama 12*, e do segundo, a novela *Retorno a Haifa*, ambos do prosador nacional Ghassan Kanafani.

Neste texto, nos voltaremos a dois poemas de Mahmoud Darwish que estão entre os mais conhecidos: *Carteira de Identidade e Discurso do índio vermelho*, também conhecido como *O penúltimo discurso do pele-vermelha ao homem branco*. O primeiro conta com duas traduções para o português, enquanto o segundo encontrei apenas em inglês. Por isso, as passagens citadas são traduções minhas a partir da versão em inglês de Sargon Boulos (DARWISH, 2000, pp. 127-145)

O sionismo e o não-povo palestino

Uma particularidade da questão palestina reside no tempo: trata-se de um processo colonial em pleno século XX, em que a dominação do capitalismo central sobre os países periféricos ia tomando a forma do imperialismo, e guerras de independência proliferavam no continente africano, último a se libertar da condição colonial, embora preservando uma posição subalterna na divisão internacional do capital globalizado, tal como nós. Existiu uma grande proximidade da luta palestina contra o apartheid israelense com a luta sul-africana contra o apartheid racial. Contudo, em termos literários, até o momento não encontrei uma figuração que tomasse a África do Sul como objeto, ou mostrasse essa relação.

Em todos os casos, a condição chamada periférica dos países oriundos da colonização preserva o vínculo com o racismo. A divisão internacional do trabalho, advinda dos processos colonizatórios, em que há transferência de valor produzido nacionalmente para os países centrais do capital, sustentada pela superexploração da classe trabalhadora, é mantida pelos mecanismos da violência estatal (nacional), fundada no acordo das burguesias nacionais com a burguesia imperialista; a racialização dos povos continua sendo a prática da divisão internacional, a “raça” continua sendo definidora das sociedades e grupos sociais sobre os quais recairá ou não a superexploração do trabalho e que serão ou não submetidos à barbárie.

O racismo também permanece como ideologia dominante. Basta rememorar os emocionados arroubos racistas do jornalismo corporativo europeu e estadunidense no início da guerra da Ucrânia: o ponto não era a violência da guerra, e sim essa violência recair sobre brancos, europeus, em suma, “gente como nós”. Uma reportagem do *Brasil de Fato*, de 28 de fevereiro de 2022¹, reuniu alguns casos chocantes do racismo jornalístico. Charlie D’Agata, do canal estadunidense *CBS News*, afirmou ao vivo: “Este não é um lugar, *com todo o respeito*, como o Iraque ou o Afeganistão, que tem visto conflitos violentos há décadas. Esta é uma cidade relativamente civilizada, relativamente euro-

peia, cidade onde você não esperaria isso” (grifo meu). Em entrevista à *BBC*, o ex-procurador-geral adjunto da Ucrânia, David Sakvarelidze, também destilou livremente sua indignação racista: “É muito emocionante para mim porque vejo europeus com cabelos loiros e olhos azuis sendo mortos todos os dias com mísseis de Putin, seus helicópteros e seus foguetes”. Por fim, o apresentador inglês da *Al Jazeera*, Peter Dobbie, descreveu os ucranianos que fogem da guerra como “pessoas prósperas de classe média” que “não são obviamente refugiados tentando fugir de áreas do Oriente Médio que ainda estão em grande estado de guerra; essas não são pessoas tentando fugir de áreas do norte da África, elas se parecem com qualquer família europeia da qual *você* moraria ao lado” (grifo meu). *Você quem, cara pálida?*, caberia perguntar².

A caracterização de grupos étnicos ou raciais não brancos, países e povos não europeus, como “o outro”, o “não-nós”, e a sua consequente desumanização, é parte da ideologia dominante ocidental, que advém do e justifica o domínio dos capitais centrais sobre a periferia, sob diferentes formas na história. O que na era colonial era propagado como “levar a civilização” a povos atrasados, bárbaros, primitivos, hoje tornou-se em “levar a democracia” para povos atrasados, bárbaros, primitivos. O caso palestino, como um processo colonial extemporâneo, não escapa a esse movimento de desumanização, de negação da sua existência humana. Na verdade, a negação de sua existência esteve desde o início na base ideológica da guerra de ocupação, como procurarei expor brevemente abaixo. Antes, vale mostrar uma entre tantas manifestações dessa ideologia nos dias de hoje. Recentemente, um coronel da reserva israelense, Michael Milshtein, que foi membro da inteligência israelense como “especialista em palestinos”, deu a seguinte declaração no encontro do Israel Policy Forum, um grupo estadunidense sionista que atua como lobbyista pró-Israel nos EUA:

Você sabe, isso é o Oriente Médio. Esta é a língua que as pessoas falam. É muito estranho falar com pessoas como Yahya Sinwar [atual líder do Hamas em Gaza] na lingua-

gem ocidental e convencê-los de que uma boa economia e uma boa vida é melhor do que promover sua ideologia radical, mas, você sabe, eles são pessoas diferentes no mundo. (Mondoweiss, 25 de maio de 2023, tradução da autora)³

Na mesma fala, o “especialista” afirma que Israel tem de ter coragem, e que deve ser mais duro com Gaza, já que a guerra é a linguagem que os árabes entendem.

Salta aos olhos o cinismo e o caráter fetichista dessas afirmações, uma vez que a Palestina não tem um exército nacional, apenas grupos armados ligados a partidos políticos, enquanto Israel lidera um dos vinte maiores exércitos do mundo, exportando tecnologia bélica e de repressão policial para todo o mundo (inclusive, diga-se de passagem, o Brasil é desde 2005 um dos cinco maiores compradores dessas tecnologias, e desde 2013 possivelmente o maior)⁴. Trata-se de um país criado a partir de uma guerra de ocupação, militarizado, responsável cotidianamente por ações terroristas: visa civis e a destruição da infraestrutura. Apenas para dar um exemplo, tratemos dos ataques a Gaza de 2014. Como se sabe, de junho a agosto daquele ano, o exército de Israel promoveu uma série de bombardeios aéreos e incursões por terra e por mar a Gaza, que acarretaram um genocídio da população civil e destruição de instalações públicas, infraestrutura, túneis, casas, veículos, hospitais, escolas e mesquitas. Os números deixaram a comunidade internacional indignada, embora não tenham suscitado as necessárias sanções que caberiam à ONU impor a Israel, dada a desigualdade das forças e os alvos civis, flagrante desrespeito ao direito internacional.

Ao todo, mais de dois mil e quinhentos palestinos foram mortos: deste total, a imensa maioria era de civis, sendo 519 crianças, conforme os números divulgados pela ONU⁵. Do lado israelense, foram mortas 73 pessoas, sendo 67 militares e 6 civis, entre os quais uma criança. Quanto aos feridos, chegam do lado palestino a quase onze mil, sendo cerca de 3500 crianças, das quais mil ficaram com mutilações ou danos permanentes, segundo os mesmos dados da ONU; do lado israelense, cerca de setecentas

peças foram feridas, a maioria militares. No que tange à destruição, entre outras tantas estruturas, um terço das moradias de Gaza foram desmanteladas, e até os dias de hoje ainda não se reconstruíram ao padrão anterior aos ataques. Do lado israelense, não houve destruição significativa. E os ataques continuam sobre Gaza, como temos visto nas notícias.

Não posso deixar de apresentar uma amostra da efetiva linguagem do povo de Gaza. Não é língua da guerra, mas fala sobre ela. O poeta palestino nascido em Gaza em 1958, Ahmad Yacoub, dedica à região uma poesia, escrita na ocasião daqueles ataques que ele e sua família viveram, intitulada *Uma flor negra*:

Em Gaza nada muda.
Gaza é a noite mais longa.
Gaza é a grande cova.
Gaza é o maior cárcere.
Em Gaza a guerra não conhece manhãs
nem noites.
Como uma prostituta sem horários nem
relógios.
Inclusive à chuva mesma inspiradora
a guerra faz perder o frescor inato.
Em Gaza o som dos trovões
e o brilho terrível dos raios
fazem a infância empalidecer.
Gaza é uma gardênia sobre o peito da vida,
mas uma gardênia escura, da cor do carvão.
(YACOUB, 2018, p. 85, tradução da
autora a partir da versão em castelhano do
próprio autor)⁶

Como vemos, a guerra que tudo queima é, de fato, uma onipresença. Gaza é figurada como um túmulo e uma prisão, que nunca muda. De fato, não se trata de imagens simbólicas, e sim adquirem um caráter de literalidade, já que a região de Gaza é cercada e controlada pelo exército israelense, sendo quase impossível entrar e sair. É, também, a região mais alvejada pela ocupação e por conseguinte onde mais pessoas morrem, porque seu governo não entrou em acordos e conciliações com Israel.

Voltemos à linguagem. Yacoub expressa em seu poema o terror que as crianças adquirem até mesmo da chuva, dos raios e trovões, por conviverem com os mísseis constantemente lançados sobre Gaza. Em outro de seus trabalhos poéticos, o relato inédito⁷ *Sobrevida* –

51 dias com a morte, ele afirma que as crianças de Gaza inventaram um termo para designar os drones, assim como as crianças libanesas, lembrando que o Líbano recebeu uma enorme quantidade de refugiados palestinos desde 1948, que foram também vítimas dos ataques israelenses, bem como participaram da resistência que se construiu desde o exílio. Uma passagem de sua narrativa diz o seguinte:

Um ruído chegava do horizonte e pensei que era o zumbido dos aviões de espionagem não tripulados (drones), que as crianças de Gaza chamam de Sannan, do verbo árabe zan, que significa emitir zumbido. As crianças libanesas os chamaram de Um Kamel, nome de um artista sírio que atua como mulher e emite uma voz que parece um zunido. Mas o que eu havia ouvido não era o som do Sannan. Foram os silvos dos barcos de guerra que os israelenses denominam El Daboor, que em árabe quer dizer Vespa. (YACOUB, manuscrito inédito, 2015, p. 6, tradução da autora a partir da versão em castelhano do próprio autor.)

Eis a linguagem da guerra, traduzida pelas crianças palestinas, mas criada e recriada pelas forças bélicas do sionismo. A inversão operada pelos porta-vozes do sionismo, que atribuem às vítimas de suas ações bárbaras uma natureza barbárica, é típica das ideologias da colonização, embora não se restrinja a elas.

Cabe aqui uma breve exposição das linhas gerais da ocupação sionista na Palestina, já que a sua história é mal conhecida no ocidente e muito distorcida pelas mídias hegemônicas que, no afã de justificar o que denominam “conflito”, muitas vezes “conflito étnico” e “milenar”, buscam ocultar as suas causas político-econômicas e a sua ideologia de cunho supremacista. Lembremos que, nos termos de Lukács, a essência de um fenômeno social se explicita pela sua origem.

O sionismo é uma teoria e um movimento prático europeu, que emerge no bojo das lutas nacionais na Europa, e que se apresenta como resposta *negativa* ao antissemitismo vigente há séculos no continente europeu, enquanto na prática se constitui como instrumento do imperialismo europeu no oriente médio. Antes de tudo, é preciso pontuar que o antissemitismo é

um fenômeno particularmente europeu, que toma formas e intensidades diversas conforme os países e regiões, bem como conforme o tempo, ao longo da modernidade. Contra o antissemitismo, as lutas por igualdade de direitos, no âmbito da institucionalidade política, e pelo direito à igualdade real no âmbito da vida civil, ao livre desenvolvimento cultural e religioso, se espalharam na Europa do século XIX, buscando centralmente a integração dessa população às diversas nações europeias. O movimento sionista emerge dentro dos movimentos judaicos *contra* a luta por integração e igualdade de direitos, por isso a sua caracterização como resposta negativa.

Para os sionistas, a “assimilação” significaria a dissolução do modo de vida e da essência judaica e uma *traição* a seu povo. Essa concepção tem em Moses Hess a sua primeira formulação, no livro *Roma e Jerusalém*, de meados do século XIX. Ao longo do século XIX e início do século XX, o sionismo se transforma de um ideário em um projeto político. O principal representante desse projeto é Theodor Herzl, em seu *O Estado judeu*, de 1896, que advoga a criação de um Estado “do povo judeu e apenas dele”, ou seja, cria uma proposta prática de um Estado cuja determinação fundamental é uma unidade religiosa, entendida como étnica/racial.

Em oposição à integração do povo judaico em suas várias nações, o movimento luta pela segregação. Trata-se de uma oposição à perspectiva iluminista de igualdade universal, à herança de Moisés Mendelssohn, que acarreta que as religiões pertencem aos âmbitos privados da vida social, não se definindo como determinantes do modo da vida pública, que caminha para a laicização. Esse ideário também contradiz a concepção de que uma religião caracteriza por si só uma unidade, define um povo único, distinto dos demais. O judaísmo, como as demais grandes religiões, não caracteriza um povo unitário. Constitui uma unidade religiosa, mas não uma unidade nacional⁹.

Desse modo, o sionismo é o lado reverso da moeda do antissemitismo: nega ao judeu a sua universalidade humana e o seu direito de participar de culturas e modos de vida que se

distingam do suposto modo de vida judeu, sem deixar de ser judeu. Uri Davis, antropólogo, membro da Autoridade Nacional Palestina e professor na Universidade de Birzeit (Ramala), em seu livro *Israel, Estado de Apartheid – Possibilidades da luta interna (Apartheid Israel – Possibilities for the Struggle Within)*, publicado em 1987 e reeditado com acréscimos em 2003, escreve sobre a proximidade de sionismo e antissemitismo:

Não há nada de coincidência na convergência prática de sionismo político e racismo contra judeus (antissemitismo). O sionismo político e o racismo secular antissemita compartilham uma visão comum sobre a situação existencial das minorias judaicas em sociedades não judaicas (gentias). Tanto o sionismo político como o racismo antissemita acreditam que, dada a incompatibilidade racial fundamental entre não-judeus e judeus, os judeus, como indivíduos e comunidades minoritárias, não podem, por definição, ser – nem se espera que sejam – cidadãos iguais e minorias livres em sociedades e regimes não-judeus (DAVIS, 2003, pp. 10-11, tradução da autora).

Mas o sionismo se aproxima do antissemitismo também pelo seu sentido racista e supremacista, embora aqui pelo reverso, ao considerar o “povo judeu” como povo escolhido com direito divino de colonizar a Palestina. Aqui o caráter contraditório do sionismo se mostra de maneira inequívoca. Defende que os judeus não devem assimilar-se às nações europeias sob risco de perderem a consciência nacional e o modo de vida judaico; ao mesmo tempo, defende que a nação judaica é intrinsecamente ocidental e europeia, portanto superior e dotada do direito secular e da missão de impor a civilização aos “povos bárbaros” do oriente.

As contradições acumulam-se na medida em que o sionismo mistura, conforme seu interesse, reivindicações religiosas e seculares. Em *Al Nakba – um estudo sobre a catástrofe palestina*, de 2017, Soraya Misleh chama atenção ao fato de que o sionismo toma a Palestina como sua “pátria histórica”, sua “terra prometida”, porque é seu berço, a sua origem. Para essa ideologia, há um único povo judeu e este emergiu no oriente; no entanto, o seu espírito próprio e a

sua identidade, sua cultura, sua moral e seu pensamento identificam-se ao ocidente. É um povo europeu. Misleh cita o sionista russo Zeev Jabotinsky, que em 1920 escreveu *A muralha de ferro – Israel e o mundo árabe*, defendendo o (futuro) Estado de Israel como uma muralha de ferro militar do ocidente contra o oriente, bem como advogando a superioridade do povo judeu com relação aos povos árabes: “Nós, judeus, não temos nada em comum com aquilo que significa ‘O oriente’ e agradecemos a deus por isso” (cf. MISLEH, 2017, p. 31).

Essa dupla caracterização do povo judaico como europeu e ocidental, diante dos povos orientais, mas singular com relação ao restante da Europa justifica-se na medida em que o sentido prático do sionismo é a colonização. Para Ghassan Kanafani, escritor e ativista palestino, porta-voz e importante liderança da Frente Nacional pela Libertação da Palestina, o sionismo político foi em última instância uma escolha de uma parcela abastada da população judaica europeia, fundada no racismo e na inclinação supremacista, voltada a alcançar poder a serviço da dominação imperialista, e às custas das camadas mais populares dos judeus, que buscavam a igualdade civil e política em seus próprios países. O líder do movimento sionista na Inglaterra, que alcança a sua primeira vitória em 1917, é ninguém mais ninguém menos que Lionel Rothschild, conhecido banqueiro e então parlamentar conservador inglês. O sionismo enfrentou resistência no interior da luta judaica antirracista e por igualdade, mas ela foi perdida na medida em que o controle europeu-judaico do Oriente Médio ia ao encontro dos interesses imperialistas das burguesias europeias. A criação do Estado de Israel se insere num projeto de construção de uma fortaleza do ocidente contra o oriente, de dominação dos povos árabes.

Com efeito, a colonização da Palestina tem início em 1919, com a derrota do Império Otomano e a divisão do oriente médio em protetorados da Inglaterra e da França. Antes mesmo de tornar a Palestina um protetorado inglês, em 1917 a Inglaterra concedeu à Organização Sionista a Declaração de Balfour, que leva o nome do secretário britânico para assun-

tos exteriores e é endereçada a Lionel Rothschild. A declaração constitui a promessa de criação de um “lar judeu” na Palestina e dá início ao fomento à imigração judaica para a região, incluindo a sua ocupação, domínio sobre as terras, recursos e atividades econômicas, o que se realiza durante os anos vinte e trinta. Nessas duas décadas, houve um gigantesco afluxo de imigrantes e de capitais para a região, o que alterou completamente a fisionomia populacional. Apenas para se ter uma ideia, de 10% em 1919, a população judaica passou a 35% em 1946. Cerca de três quartos do afluxo de capitais destinavam-se ao fortalecimento da burguesia judaica, que se tornou dominante.

Mas, o efetivo estabelecimento do Estado de Israel na Palestina decorreu de outros dois fatores: a revolta palestina de 1936 a 1939, que buscava a independência com relação ao protetorado inglês e o fim da política colonizatória, e acabou derrotada pelas forças militares do imperialismo inglês, bem como pelas milícias armadas da Organização Sionista, Irgun e Haganah (cf. KANAFANI, 2015); e a perseguição e genocídio da população judaica perpetrado pela ocupação nazista na Europa nos anos trinta e quarenta. A derrota da resistência palestina abriu um espaço ainda maior para o domínio completo do povo árabe palestino pelas forças de ocupação; e o holocausto criou um ambiente europeu e estadunidense favorável à criação de um estado judeu como reparação. Os países que apoiaram o estabelecimento do Estado de Israel na Palestina mantinham regras rígidas e restritas para a imigração judaica para seus próprios países, enquanto contribuíram para aprovar na ONU a partilha do território palestino em 1947, bem como com a guerra de ocupação efetiva em 1948-1949, para a qual Estados Unidos, União Soviética e Europa ocidental forneceram as armas. Nesse curto período, um terço da população árabe palestina foi expulsa de suas terras (cerca de 800.000 pessoas), 531 vilas foram destruídas e ocorreram mais de quatrocentos massacres, envolvendo sempre, como até hoje, uma maioria de população civil.

Desta guerra, decorreu a fundação do Estado de Israel, mas nunca se estabeleceu o Estado da Palestina. Outras guerras se segui-

ram que ampliaram muito significativamente o controle de Israel sobre o território, em que se destaca a de 1967, que encolheu as fronteiras palestinas e estabeleceu o controle militar de Israel sobre as pequenas áreas em que há um governo civil palestino. A finalidade sempre foi, como é até hoje, a tomada integral das terras e a “ausência” do povo árabe. Mesmo sendo contrário à partilha de 1947 da ONU, bem como de outras tantas resoluções, todo o apoio econômico, político e bélico do ocidente destina-se a Israel.

Como propaganda que acompanhou e acompanha o processo de colonização, o sionismo seculariza o preceito religioso do “povo escolhido”, e por vários caminhos, seja a superioridade ocidental, racial ou moral e intelectual, considera-se no direito de apropriar-se da Palestina. A fim de fomentar a aceitação popular dessa ideia, o movimento sionista criou o slogan “uma terra sem povo para um povo sem terra”, ainda em finais do século XIX. Propaga-se a ideia de que na Palestina não há um povo, e sim “apenas” beduínos, negros, “tribos” vagando no deserto, e que se trata de um país em ruínas, abandonado. Na verdade, como europeus, os sionistas sequer conheciam a Palestina. Inseriam-se no clima heroico do imperialismo europeu, particularmente inglês, no espírito de Rudyard Kipling.

O historiador palestino Nur Masalha narra, a respeito do líder sionista bielorrusso Chaim Weizmann, que viria a ser o primeiro presidente de Israel: “Quando perguntado por Ruppin (chefe do Departamento de Colonização da Agência Judaica) sobre os árabes palestinos, Weizmann replicou: os britânicos nos disseram que são algumas centenas de negros (Kushim) e aqueles não têm valor” (MASALHA, *Expulsions of Palestinians*, apud MISLEH, 2017, p. 32). O povo árabe palestino é, dessa maneira, definido como um *não-povo* (cf. MISLEH, 2017), é ideologicamente apagado da existência para que sua expulsão e apagamento de fato possam passar como naturais.

Mahmoud Darwish e a figuração da identidade palestina

A catástrofe palestina acarretou todo um movimento de produção poética e literária de resistência. Entre vários poetas de relevância, Mahmoud Darwish foi aquele que alcançou maior difusão internacional e é considerado hoje o poeta nacional, tendo merecido um museu em sua homenagem em Ramala, entre tantos outros reconhecimentos.

Darwish nasceu na vila palestina de Al-Birweh em 1941, ainda sob o Mandato Britânico, e foi expulso com sua família em 1947, aos seis anos, quando sua vila foi bombardeada pela milícia sionista no início da guerra de ocupação. Viveu então em um campo de refugiados no sul do Líbano, e a partir daí em duas outras vilas no mesmo país. Quando sua família buscou retornar, alguns anos depois, sua vila não existia mais. Em seu lugar, haviam sido construídos uma vila judaica e um kibbutz, moshav Ahihu e Yas’ur, respectivamente. A família conseguiu se instalar em outra vila da Galileia onde tinha uma casa e Mahmoud Darwish foi para Haifa, onde viveu e estudou por dez anos, na condição de residente vigiado com permanência obrigatória, antes de emigrar e viver no exílio a quase totalidade de sua vida, como é o caso da maior parte dos escritores e militantes palestinos. A construção de vilas judaicas, kibbutz e mesmo o plantio de bosques (muitas vezes em homenagem a personalidades estrangeiras) preferencialmente sobre as ruínas de vilas árabes foi e continua sendo uma estratégia de apagamento não só da sociedade palestina, mas de sua história e de sua memória. Talvez por isso a memória palestina seja tão alimentada no contexto da resistência: todas as crianças sabem de onde vem a sua família, e para onde voltarão quando a ocupação for vencida.

Provavelmente o seu poema mais famoso, considerado um hino nacional e conhecido de cor pela população palestina, figura, e não por acaso, aquilo que deve ser reconhecido antes de tudo: a existência do povo árabe palestino. Intitula-se, significativamente, *Carteira de identidade*:

Registra-me
sou árabe

Identidade e universalidade palestina: uma apresentação do poeta Mahmoud Darwish

o número de minha identidade é cinquenta
mil
tenho oito filhos
e o nono... virá logo depois do verão
vais te irritar por acaso?

registra-me
sou árabe
trabalho com meus companheiros de luta
em uma pedreira
tenho oito filhos
arranco das pedras
o pão, as roupas, os cadernos
e não venho mendigar em tua porta
e não me dobro
diante das lajes de teu umbral
vais te irritar por acaso?

registra-me
sou árabe
meu nome é muito comum
e sou paciente
em um país que ferve de cólera
minhas raízes...
fixadas antes do nascimento dos tempos
antes da eclosão dos séculos
antes dos ciprestes e oliveiras
antes do crescimento vegetal
meu pai... da família do arado
e não dos senhores do Nujub¹⁰
e meu avô era camponês
sem árvore genealógica
minha casa
uma cabana de guarda
de canas e ramagens
satisfeito com minha condição
meu nome é muito comum
registra-me
sou árabe
sou árabe
cabelos... negros
olhos... castanhos
sinais particulares
um *kuffiah* e uma faixa na cabeça
arranharam as mãos que estreitam
e amo acima de tudo

o azeite de oliva e o to-
milho
meu endereço
sou de um povoado perdido... esquecido
de ruas sem nome
e todos os seus homens... no campo e na
pedreira
amam o comunismo¹¹
vais te irritar por acaso?

registra-me
sou árabe
tu me despojaste dos vinhedos de meus

antepassados
e da terra que cultivava
com meus filhos
e não os deixastes
nem a nossos descendentes
mais que estes seixos
que nosso governo tomará também
como se diz
vamos!
escreve
bem no alto da primeira página
que não odeio os homens
que eu não agrido ninguém
mas... se me esfomeiam
como a carne de quem me despoja
e cuidado...cuida-te
de minha fome

e minha cólera.

(DARWISH, in LAÂBI (Org.), 1981, p. 41-43)

Esse poema, escrito em 1964, reflete, antes de tudo, a afirmação da existência do povo palestino. O título, *Carteira de identidade*, se refere ao reconhecimento social da existência de um sujeito. É sujeito aquele que possui uma identidade socialmente reconhecida. Assim, a afirmação da existência é, ao mesmo tempo, a afirmação da existência como sujeito social. Imediatamente, o poema se coloca como resposta ao apagamento ideológico, à ideia do não-povo palestino. Observamos também que essa afirmação aparece na forma de um imperativo, dirigido a outro que não o próprio povo palestino. “Registra-me”, em outras traduções, “tome nota”, “escreva”, “sou árabe”, diz o eu-lírico ao seu interlocutor, que pelo modo como é interpelado assume o caráter de quem recusa ou ignora a condição de sujeito daquele que fala. Ele existe e é árabe, tem até mesmo uma carteira de identidade, e filhos. Ao final da estrofe, pergunta ao interlocutor se ele vai se irritar com esses fatos, indicando que a mera afirmação da sua existência é motivo de raiva para ele. Assim, o poema se dirige ao fundo do problema palestino, a sua definição como não-povo, tanto ideológica, como na prática da sua expulsão e expropriação. As estrofes começam e terminam assim, “sou árabe - vais te irritar?”, embora não de maneira regular.

A segunda estrofe caracteriza a prática de vida do eu-lírico e de seus companheiros, fazendo uma figuração dessa parte do povo palestino camponês que ficou nas terras ocupadas. Trabalham em uma pedreira, e dali extraem o sustento de si e dos seus. A terceira estrofe, mais longa, traz as referências mais concretas da ocupação e das transformações que ela acarretou para o povo palestino. Logo no início, o eu-lírico se define como alguém que é paciente num país que ferve de cólera. As razões da cólera do povo palestino vão se edificando nos versos seguintes. A sua paciência, como traço individual, é ao mesmo tempo característico do trabalho na pedreira e na terra. A paciência, no decorrer da poesia, vai ceder à possibilidade da cólera, e as razões se esclarecem na sequência da estrofe.

As suas raízes foram fixadas antes do nascimento dos tempos, antes mesmos das oliveiras e dos ciprestes, árvores que são conhecidas por serem centenárias e até milenares, sendo as oliveiras um símbolo do povo palestino. Os palestinos são tradicionalmente cultivadores de oliveiras, têm técnicas de manter as árvores vivas por muito tempo e sempre baixas, para facilitar a colheita das olivas. A obra em que este poema é publicado se chama, significativamente, *Folhas de oliveira*. Assim vemos uma afirmação poética não apenas da existência do povo palestino, em abstrato, mas nesse território, como parte dele, como sendo ele e o seu modo de vida, de produção, desde sempre. A Palestina antes da ocupação tinha uma vida urbana rica e pungente, mas a maior parte do seu povo era de camponeses. São eles os sujeitos desta poesia. Assim, o eu-lírico define a sua ascendência como de trabalhadores da terra, seu pai era da família do arado e seu avô era camponês sem árvore genealógica, ou seja, sem traços de nobreza ou distinção e ele mesmo tem um nome muito comum. Sua própria casa manifesta seu modo de vida, é uma cabana de guarda feita de canas e ramagens. Aqui, o eu-lírico se diz satisfeito com a sua condição, a condição de árabe camponês, que é especificada em alguns detalhes: os olhos e cabelos escuros, o uso da *kuffiah*, as mãos grossas pelo trabalho, o gosto pelo azeite e pelo tomilho, a vida

num povoado desconhecido, distante dos grandes centros.

Ao final da estrofe, temos a afirmação de que os trabalhadores do campo e da pedreira, todos, são comunistas. O comunismo aqui pode significar tanto a luta pela superação das relações capitalistas, de que o imperialismo faz parte e é a causa final da expropriação sionista na Palestina, quanto o caráter comunitário que se mantém parcialmente na vida no campo. Pode, ainda, significar as duas coisas. Com efeito, Mahmoud Darwish era comunista¹², bem como se identificou com a luta das formas de sociedade à parte dos domínios capitalistas, como é o caso dos grupos indígenas da América do Norte.

A última estrofe traz o desnudamento de todo o sentido e finalidade da poesia: o despojamento, a expropriação. Com isso explicita também a identidade do interlocutor. É aquele que o despojou dos vinhedos dos seus antepassados e da terra que ele cultivava com seus filhos, e deixou apenas a pedreira, que, dizem, o governo em breve também tomará. Trata-se evidentemente do ocupante sionista, que se apropriou dos campos cultivados e das melhores terras, das fontes de água e dos recursos, deixando para os palestinos que não foram expulsos os trabalhos mais difíceis, recursos e terras escassos e piores. A esses resta arrancar da pedra o pão e os cadernos. Isso se prolonga até os dias de hoje, com o avanço dos muros de separação (muro da vergonha, como é chamado) e com o crescimento dos assentamentos judaicos nas áreas que ainda mantêm um governo civil palestino. É justo supor que essa pedreira poética há muito já tenha sido de fato tomada.

O interlocutor a quem o eu-lírico intima a registrar que ele é, e é árabe, que se irrita com esse ser, é agora definido com clareza, de modo que entendemos o porquê das duas raivas. O ocupante sionista se irrita por defrontar-se com o ser que na sua ideologia não é, ou não era para ser, já que aquela terra precisa se criar como *terra sem povo*. O eu-lírico, o camponês palestino expropriado, de natureza paciente, pode vir a se encher de cólera se lhe tiram a sua vida, uma vez que lhe tiram a vida se lhe tiram seus meios de vida, para referir o que diz Shylock a Pórcia,

em *O mercador de Veneza* (Ato IV, Cena 1 [371-374] de Shakespeare:

Nay, take my life and all, pardon not that:
You take my house when you do take the prop
That doth sustain my house up; you take
my life,
When you do take the means whereby I
live. (SHAKESPEARE, 1988, p. 447)

Não é possível manter a calma, a cólera se justifica diante da expropriação da própria vida. Justifica-se a irritação do ocupante? A passagem de Shakespeare é citada por Marx ao caracterizar a condição do trabalhador assalariado, que se define pela absoluta despossessão¹³. Esse é o processo pelo qual atravessa o nosso protagonista. Resta-lhe ainda o trabalho na pedreira, e a alguns de seus companheiros o trabalho no campo, mas a ocupação avança também sobre o que subsiste. Vemos como ser comunista vai ao encontro do sentido da resistência palestina, já que ambos visam a superar a expropriação.

A parte final da estrofe se mostra imediatamente como uma ameaça ao interlocutor. Nosso eu-lírico ordena que o interlocutor anote, no alto da primeira página, que ele não odeia os homens e não agride ninguém, mas se lhe sujeitam à condição de fome, *comerá a carne de quem o despoja*, responderá com a violência que lhe é imposta. Ao final adverte, em tom intimidador, que tenha cuidado com a sua fome e com a sua cólera. Esse sentido de ameaça é claro; contudo, é ao povo palestino que Darwish escreve. Assim, esse final é também um chamado à luta, na forma da inserção da luta na própria identidade palestina, que o poema busca ao mesmo tempo figurar e construir. O poema é uma expressão da identidade palestina, mas também a construção dessa identidade centrada na resistência à ocupação.

O povo palestino tem uma história de luta por independência desde o início do protetorado inglês, mas se intensificou com a política de imigração judaica para a Palestina, pelo governo inglês, nos anos vinte e trinta. A revolta palestina de 1936-1939 foi a expressão mais organizada e radical dessa luta, que mereceu

um estudo por Kanafani e cuja derrota foi significativa para o processo de estabelecimento do Estado de Israel, como referimos brevemente acima. Essa revolta já toma como alvo a ocupação sionista. Assim, é no contexto do domínio europeu e sionista sobre a Palestina que emerge a resistência que hoje tanto identifica esse povo. Não que o povo palestino, assim como outros países árabes, não tenha uma história de sublevações durante os séculos em que estiveram sob o império otomano. Entretanto, a natureza da ocupação sionista no contexto do imperialismo, de expropriação e limpeza étnica, transformou as causas, finalidades e a forma da resistência, bem como o seu sentimento. O poema que examinamos é uma significativa expressão poética do concomitante reconhecimento e criação dessa identidade palestina de luta contra a ocupação sionista. A universalidade e a simbologia dessa identidade particular residem no fato de ela, na sua forma nacional e específica, definir-se essencialmente pela perspectiva e pela coragem de quem não tem nada a perder, a não ser os seus grilhões.

Mahmoud Darwish e a figuração da universalidade palestina

Se é verdade que, em seu significado mais profundo, a luta palestina se identifica com a condição de toda a classe trabalhadora expropriada, também é preciso pontuar que a sua expropriação toma uma forma particular. Como referi no início deste texto, trata-se de uma colonização extemporânea. Desse modo, por um lado, é um caso singular na história, mas, por outro lado, assemelha-se às situações dos povos autóctones que viram seus territórios invadidos e seus recursos tomados força pelos europeus, seus povos expulsos, exterminados, ou empurrados para regiões demarcadas em que seria impossível manter seu modo de vida, no contexto das expansões comerciais europeias. Muitas são as diferenças da sociedade palestina com relação aos povos indígenas colonizados na modernidade: o caráter urbano, a separação de cidade de campo, a presença da indústria e do comércio, a existência de divisões do trabalho e das classes, o domínio de religiões monoteístas

em lugar das religiões naturais, a existência de divisão do trabalho e das classes, a presença de organizações de classe, do feminismo, existência da música erudita como diversa da popular e tantas mais. A semelhança, portanto, não está nas características dos povos e modos de vida, mas sim na forma da ocupação de suas terras que determinou o seu destino.

Mahmoud Darwish compartilhou desse sentimento e deu-lhe uma expressão poética que também faz parte de suas produções mais conhecidas. Em 1992 ele publicou *O discurso do índio vermelho*, também conhecido como *O penúltimo discurso do pele-vermelha ao homem branco*. O texto mimetiza os discursos dos chefes indígenas da América do Norte proferidos na iminência de derrotas e desaparecimento de povos, imortalizados, entre outros, em *Enterrem meu coração na curva do rio – a dramática história dos índios norte-americanos*, de Dee Brown. O poeta assume a voz de um chefe, em despedida de sua vida e seu modo de vida, com a entrada da “nova era”, em que vilas e cidades que espelham em suas próprias formas o modo de vida do colonizador são erigidas sobre as ruínas, os escombros e os mortos do povo nativo.

Muitas passagens do discurso poético de Darwish poderiam ser trazidas para mostrar esse sentido comum das catástrofes indígena e palestina, mas escolhi focar a questão dos contratos e acordos propostos pelo colonizador ao povo colonizado, que carrega um singular e nefasto cinismo, e parece ter sido central para o próprio poeta. É sabido que os brancos propunham aos indígenas contratos de compra e venda, acordos de diversas ordens. Dee Brown relata como a própria noção de um acordo escrito e assinado teve de ser explicada aos povos nativos, de tradição oral, e, no intuito de dirimir massacres e guerras, foram por muitas vezes aceitos e assinados pelos chefes. Contudo, esses acordos eram via de regra desrespeitados pelos próprios proponentes, que não tinham a menor intenção de respeitá-los, mas os empregavam como um dos meios para avançar progressivamente sobre as terras indígenas.

Laymert Garcia dos Santos, em seu texto “Mahmoud Darwish, ‘Palestino e Pele-

Vermelha””, publicado no primeiro número da Revista Exilium em 2020, afirma que a principal inspiração de Darwish para esse longo poema foi o discurso do cacique Seattle no Congresso norte-americano, em 1854, “em resposta à proposta formulada por Isaac Stevens, governador do Território de Washington, de comprar as terras indígenas” (SANTOS, 2020, p. 59). O autor cita uma passagem dessa fala:

Cada parcela deste solo é sagrada na avaliação de meu povo. Cada encosta, cada vale, cada planície e arvoredo foram consagrados por algum acontecimento triste ou feliz nos dias que há tempos desvaneceram. Até as pedras, que parecem ser mudas e mortas como o calor sufocante do sol na praia silente, estremecem com as memórias de comventes acontecimentos conectados com as vidas do meu povo, e até o pó sobre o qual agora erguei-vos responde mais amorosamente aos pés dele do que aos vossos, porque é rico com o sangue dos nossos ancestrais, e os nossos pés descalços são conscientes do toque empático. Nossos bravos falecidos, queridas mães, alegres e amorosas esposas, e até mesmo as criancinhas que viveram aqui e aqui se alegraram durante uma breve estação, amarão essas solidões sombrias e a cada entardecer saúdam os espíritos das sombras que retornam. E quando o último Pele-Vermelha desaparecer, e a memória de minha tribo se tornar um mito entre os Homens Brancos, estas praias fervilharão com os mortos invisíveis da minha tribo. (Apud SANTOS, 2020, pp. 59-60)¹⁴

Chama a atenção essa ideia de propor um contrato de compra e venda das terras de um povo indígena, que é inseparável de seu território. O que esse povo faria com o dinheiro recebido em troca? Como viveria? Simplesmente, essa seria mais uma maneira de expropriação, que apenas na aparência tem um sentido de justiça, compensação ou igualdade.

Na história da ocupação da palestina, diversos acordos foram propostos, a fim de trocar a paz ou o fim dos ataques à população palestina por terras e expansão do território israelense; mas aqueles que foram efetivamente firmados não foram cumpridos pelos colonizadores, uma vez que jamais deixaram de cercar e ocupar militarmente a região e porque se trata-

va em geral de estratégias, com a finalidade – sempre anunciada por Israel, embora acobertada muitas vezes pela mídia ocidental – de tomar por completo a terra palestina.

É sintomático que o poema de Darwish tenha sido publicado um ano antes da primeira assinatura dos Acordos de Oslo, em 1993, e diante dos quais boa parte do povo palestino se colocou contra. Além de desvantajosos para o povo palestino em termos econômicos e draconianos em termos territoriais, era sabido que a retirada das tropas israelenses dos territórios palestinos não seria realizada. Por discordar desses acordos, Darwish, que havia aderido à OLP em 1973, eleito para seu Comitê Executivo em 1987, que havia escrito a Declaração de Independência do Povo Palestino em 1988, retira-se da organização em 1993, assim como Edward Said e outras lideranças importantes¹⁵. É difícil não conectar a escrita de um poema tão pungente contra os contratos entre colonizador e colonizado com a iminência da assinatura desses acordos. Como Kanafani figurou esse tipo de relação, trata-se de *um acordo entre o pescoço e a espada*.

Vejamos duas passagens do poema, em que o eu-lírico canta na voz de um pelevermelha:

5
[...] Tomai minha terra-mãe pela espada!

Recuso-me a assinar um contrato entre morto e assassino.

Recuso-me a assinar uma nota fiscal que vos venda uma única polegada do meu mato, uma única polegada do meu milharal mesmo que seja essa a minha última saudação ao sol! (DARWISH, 2000, pp. 140-141)¹⁶

Nessa passagem, conhecendo a natureza enganadora dos contratos, o chefe indígena se recusa a perder as suas terras para um acordo, a dar à expropriação a aparência de uma relação livre e igualitária, de uma escolha, de uma mútua vantagem. Exige que a aparência expresse a essência: que suas terras sejam franca e diretamente tomadas, se o forem, pela força, que é o que rege efetivamente essa relação.

Na parte final do longo poema, observamos a vinculação do cinismo dos contratos com as construções que se erigem sobre a destruição do povo nativo. Aqui observamos uma forte referência à parte final do discurso do chefe Seattle:

7
Nas salas que construís,
os mortos já estão dormindo.

Sobre as pontes que construís,
os mortos já estão passando.

Há mortos que iluminam a noite
de borboletas,
e mortos que vêm ao amanhecer
para beber vosso chá
tão pacíficos como no dia em que
vossas
armas os derrubaram.

Ó vós que sois hóspedes neste lugar,
deixai algumas cadeiras vazias

para que vossos anfitriões leiam
as condições para a paz

de um tratado com os mortos.
(DARWISH, 2000, p. 145)¹⁷

Esse trecho final do poema traz à tona as várias gerações mortas pelo colonizador, o mesmo que procura assinar um contrato de venda, um tratado de paz. Eles eram pacíficos e foram mortos por armas que eles mesmos não tinham, por uma força bruta que lhes excedia. As terras já estão tomadas, as vilas já foram destruídas, tantas outras construções foram erigidas sobre as ruínas dos nativos, e sobre os seus cadáveres. Em que termos pode um povo dominado negociar um tratado de paz? Qual é o preço a ser pago para que seus remanescentes não sejam dizimados? Na passagem do poema, as construções dos colonizadores, salas e pontes, são feitas nos locais onde viviam os povos indígenas, de modo que já se erigem povoadas de mortos. Essa é uma realidade vivida por grande parte da população palestina que sofreu a primeira guerra de ocupação. Como referi acima, com relação à própria família de Darwish, essa

é uma estratégia concebida e realizada desde o início da ocupação.

Faz parte da ideologia burguesa liberal, advinda do iluminismo, a atribuição de caráter sagrado aos contratos. O respeito ao contrato é a base das relações propriamente burguesas, da liberdade das relações de mercado. Apenas a partir de Marx é que o cinismo que envolve essa concepção vem à tona, o que aparece em sua obra em especial quando trata dos contratos de trabalho. O contrato entre um trabalhador e um proprietário tem a aparência de uma relação de liberdade, já que, na forma, ambos estão trocando coisas que lhes pertencem: o trabalhador vende sua força de trabalho (sua única propriedade) e o proprietário a compra, pelo seu valor de mercado, o salário, definido como mínimo necessário à sobrevivência do trabalhador como trabalhador. Contudo, está claro que o trabalhador não é livre, porque não tem escolha. Por isso, essa é uma relação imposta pela força (a expropriação de meios de vida do trabalhador), que toma a forma abstrata de uma relação entre iguais, entre “indivíduos privados”. O fetichismo do contrato é uma das formas que predominam nas relações mediadas pelo mercado, e que confere uma aparência de direito, liberdade e justiça a uma relação que existe de fato com base na violência.

Na medida em que são fundados na força, os contratos não precisam ser cumpridos pelo lado mais forte: como mencionei, de fato não existe uma “terceira parte” capaz de impor a sua obrigação às duas partes contratantes, quando estas estão numa relação de dominação pela força¹⁸. A terceira parte pode existir formalmente, mas não tem mecanismos para se impor. Não seria preciso recuperar a completa impunidade com que conta a classe capitalista e seus representantes políticos; bem como a nulidade efetiva dos órgãos internacionais na mediação das guerras etc. (Aqui vale lembrar a caracterização precisa da ONU pela pena de Quino, na voz da nossa Mafalda: “simpáticos inoperantes”.) No caso dos Acordos de Oslo, a própria história mostrou que aqueles que se opuseram estavam certos: com efeito, nada foi cumprido da parte israelense, o cerco militar sobre os territórios palestinos só aumentou, e

atravessamos inúmeras ofensivas sobre a população civil.

O poema vem mostrar o sentimento e o significado do domínio colonial, o profundo drama humano vivido pelo colonizado. Com todas as diferenças de caráter histórico e particularidades essenciais, como os próprios modos de produção, os indígenas da América do Norte e os palestinos vivem um drama humano em comum que advém dos traços comuns entre as duas realidades. É nele que reside um sentido da universalidade da questão palestina. Outros paralelos existem na literatura, expressando sentimentos e conflitos partilhados com outras realidades. Por isso, trata-se de um modo da universalidade da questão palestina, entre outros.

Contudo, ela é das mais significativas, por figurar a forma fundante de um domínio vivido, sob outras formas na história, por todas as sociedades e povos de extração colonial, bem como por tomar a terra como âmago da vida social. É sintomático que o poeta palestino Salim Jabran tenha também escrito um poema com o mesmo tema, embora não assuma a voz do indígena norte-americano, e sim faça dele o seu interlocutor, a quem trata como irmão. O enfoque desse poema é figuração do indígena no cinema estadunidense, como figura cômica e triste, depois que seus originais já não existem mais. Numa passagem, parece fazer uma alusão aos assentamentos judaicos, quando diz: “[...] os campos dos colonos se estendem por toda parte / amplos, ricos verdejantes [...]”¹⁹. É também sintomático que uma identificação individual do poeta com os indígenas apareça na autobiografia poética de Darwish, *Na presença da ausência* (2006), sua última obra, escrita dois anos antes de sua morte. Ali, ele escreve, falando de si: “A história é que és um Pele-Vermelha” (Apud. SANTOS, 2020, p. 59).

Os poemas de Darwish buscam assim o sentimento profundo, o drama humano, o conflito fundante que presidem as condições dos povos colonizados como um todo, esse sentido universal da condição da colonização. Figura as particularidades palestinas, mas também as indígenas, como partilhando ambas de um sentimento comum, que se faz comum também, sob ou-

tros modos singulares, a toda a humanidade que vive as consequências de sua extração colonial e seu vínculo intrínseco com o racismo. Perpassam também esses poemas, como um traço de universalização ainda mais ampla, embora mais abstrata, o sentido da expropriação, o que aproxima a condição colonial à condição de classe. Neles, portanto, a condição palestina vai alcançando a sua identidade particular, mas, nela, também uma universalidade, tanto como processo histórico como presente social.

Referências

- BROWN, D. *Enterrem meu coração na curva do rio. A dramática história dos índios norte-americanos*. Tradução de Geraldo Galvão Ferraz e Lola Xavier. Porto Alegre: LP&M, 2003.
- DARWISH, M. *The Adam of Two Edens. Selected Poems*. Syracuse: Jusoor/Syracuse University Press, 2000.
- DARWISH, M. *Journal of an Ordinary Grief*. Tradução de Ibrahim Muhawi. Brooklin: Archipelago Books, 2010.
- DARWISH, M. *Da presença da ausência*. Tradução de Marco Calil. Rio de Janeiro: Tabla, 2020.
- DARWISH, M. Carteira de identidade. Tradução de Júlio de Magalhães. Disponível em: <https://icarabe.org/poesia/poesia-bilhete-de-identidade-de-mahmoud-darwish>. Acesso em 16 de maio de 2023.
- DAVIS, U. *Apartheid Israel – possibilities for the struggle within*. Londres-Nova York: Zed Books, 2003.
- FLAKSER, D. (s/d). *Moses Hess – First of Modern Zionists*. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/jewish/flakser-hess-1.pdf>. Acesso em 15 de março de 2023.
- HERZL, T. (1997). *O Estado Judeu*. Tradução de Dagoberto Mensch. Edição do Consulado Geral de Israel em São Paulo. Disponível em: <http://www.bibliologista.com/2015/10/o-estado-judeu-de-theodor-herzl.html>. Acesso em 15 de março de 2023.
- HESS, M. (1918). *Rome and Jerusalem. A Study in Jewish Nationalism*. Tradução de Meyer Waxman. Nova York: Bloch Publishing Company. Disponível em: www.marxists.org/subject/jewish/rome-jerusalem.pdf. Acesso em 15 de março de 2023.
- KANAFANI, G. *A revolta de 1936-1939 na Palestina*. Tradução de Guilherme Rodrigues e Fábio Bosco. São Paulo: Sundermann, 2013.
- LAÂBI, A. (Org.) *Poesia palestina de combate*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- MISLEH, S. (2017). *Al Nakba. Um estudo sobre a catástrofe palestina*. São Paulo: Editora Sundermann.
- SAID, E. “Palestina existe. La lucha por la autodeterminación y la afirmación de la soberanía.” *Crítica y Emancipación. Palestina y América Latina – Homenaje a Edward W. Said*. Ano VII, N° 14, segundo semestre de 2015. CLACSO, pp. 187-282.
- SANTOS, L. G. “Mahmoud Darwish, Palestino e Pele-Vermelha”. *Exilium. Revista de Estudos da Contemporaneidade*, N° 1, UNIFESP. 2020, pp. 57-70.
- SHAKESPEARE, W. *The Complete Works*. Organizado por Stanley Wells e Gary Taylor. Edição Compacta. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- TRAGTENBERG, M. (2003). *A dialética do sionismo*. Revista Espaço Acadêmico. Ano II, N°22. Publicação original em Nova Escrita Ensaio - Ano IV - N° 10, 1982. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42253/751375139240>
- YACOUB, A. *El Elogio del Alcanfor*. Tradução de Ahmad Yacoub e Pilar Gonzáles España. Madri: Árdora, 2018.
- YACOUB, A. *Sobrevida: 51 días com la muerte*. Inédito. Manuscrito ofertado pelo autor.

Notas

1 <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/28/midia-ocidental-age-como-supremacista-e-dissemina-preconceito-em-cobertura-da-guerra>. Acesso em 28 de abril de 2023.

2 Essa ideologia, entretanto, é tão difundida e naturalizada, que grassa livremente em ambientes intelectuais, particularmente brancos, de formas mais mediadas, em que não se refere diretamente à raça, mas à proximidade com o

próprio círculo social, como o acadêmico, cultural, jornalístico, ou seja, que fazem parte da classe média “esclarecida”. Escutei em mais de uma ocasião, em conversas informais nesses ambientes, modos dessa hierarquização. O assassinato, prisão ou perseguição de intelectuais, jornalistas e estudantes é mais chocante do que o extermínio cotidiano de indígenas, bem como de crianças e adolescentes negras das periferias. Sobre aqueles, as falas são mais sentidas, os nomes são mais lembrados. Já esses “outros” são estatísticas. A perseguição policial a pensadores dissidentes faz de um governo “ditatorial”; o genocídio da população negra periférica pela polícia é compatível com um governo “democrático”, e assim por diante.

3 “You know, this is the Middle East. This is the language people speak. It’s quite odd to speak with people like Yahya Sinwar in western language, and to convince them that good economy and good life is better than promoting your radical ideology, but you know, they are different people in the Middle East.” In *Palestinians don’t want a ‘good life’ like westerners, they are zealots — Israeli expert tells Americans (Palestinos não querem uma “boa vida” como os ocidentais, são fanáticos - especialista israelense dia as estadunidenses*. Mondoweiss, 25/05/23.

https://mondoweiss.net/2023/05/palestinians-dont-want-a-good-life-like-westerners-they-are-zealots-israeli-expert-tells-americans/?ml_recipient=89236850713036554&ml_link=89236365131122213&utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_term=2023-05-29&utm_campaign=Daily+Headlines. Acesso em 25 de maio de 2023.

4 É significativa a atuação dos governos brasileiros social-liberais ou progressistas (2003-2016) com relação à questão palestina. Pelo lado diplomático, reconheceram o Estado da Palestina, mantiveram relações, participaram de ações para a paz, fizeram críticas à atuação de Israel diante dos ataques a Gaza de 2014 e outros, não aceitaram como embaixador do Brasil um ex-líder de colonos na Cisjordânia (lembrando que os colonos são sionistas radicais), entre outras ações. Mas, pelo lado comer-

cial, intensificaram as relações com Israel, principalmente no que diz respeito à tecnologia de repressão policial, estreitando as relações com as indústrias de armas israelenses e tornando o Brasil seu principal comprador. O exército brasileiro abriu um escritório em Tel-Aviv pela primeira vez em 2003, o Brasil assinou em novembro de 2010 um acordo de cooperação em segurança com Israel, para facilitar os contratos militares, e mediou a relação de empresas de armas israelenses com outros exércitos sul-americanos (cf. <https://bdsmovement.net/files/2011/03/brazilian-military-ties-with-israel.pdf>). A atuação dos governos posteriores, de direita e extrema direita (2016-2022), caminhou no sentido de minar aquele outro lado e aderir diplomaticamente a Israel, foi realizado um acordo militar com Israel (cf. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/29/senado-aprova-acordo-entre-brasil-e-israel-na-area-de-defesa>) e o aprofundamento das relações comerciais no mesmo campo se manteve.

“Segundo especialistas no tema, o Brasil é um dos maiores clientes da indústria de armamentos de Israel. Matéria publicada na *Folha de S. Paulo* em janeiro deste ano [2017] mostra que o Exército Brasileiro fechou acordo de R\$ 6,3 bilhões com empresas israelenses para compra de blindados nos próximos anos. Uma das fornecedoras – a empresa Elbit – é acusada de ter construído drones que mataram 164 crianças palestinas em Gaza, durante a ofensiva de 2014. Os dados são da ONG *Defense for Children International Palestine* (DCI). [...] Segundo o antropólogo e escritor israelense Jeff Halper, as relações econômicas e bélicas entre Brasil e Israel são muito significativas. ‘O Brasil é um grande cliente. (...) O principal ponto da indústria militar israelense é que ela não fica apenas no militar, atua na segurança e no policiamento. No Rio de Janeiro e em outras cidades onde você tem policiais de pacificação em favelas, eles são treinados por israelenses e com armas israelenses.’ [...] Para Halper, que já foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz pela atuação ‘em prol da libertação dos palestinos’, a importância que o Estado de Israel assumiu no contexto internacional está relacionada justamente à exportação de inteli-

gência militar. ‘Israel está em todos os países, não apenas diretamente no sentido militar, mas em termos de treinamento, exportação de armas, unidades de operação especial, segurança presidencial. Está mais dentro das sociedades do que os Estados Unidos, exatamente porque eles ficam nos termos militares e nós vamos para a segurança, a polícia, as prisões’, explicou. [...] Segundo [a militante e estudante de pedagogia israelense] Sahar [Vardi], em 2013, o governo brasileiro destinou 1,13% do Produto Interno Bruto (PIB) do país para ‘modernizar as forças armadas com equipamentos israelenses’. Ela destaca a companhia israelense *International Security & Defense Systems* (ISDS), que faz treinamentos para as polícias brasileiras em favelas. No site da companhia, já na página inicial, consta o slogan de ‘fornecedora oficial dos jogos olímpicos Rio 2016.’” (*Brasil é um dos principais compradores de tecnologia e treinamento militar israelense*, por Júlia Dolce e Victor Labaki, 03 de fevereiro de 2017. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/03/brasil-e-um-dos-principais-compradores-de-tecnologia-e-treinamento-militar-israelense>. Acesso em 10 de maio de 2023.)

Cabe referir também que o Mercosul assinou um acordo de livre comércio com Israel em dezembro de 2007. O acordo está disponível em <file:///C:/Users/anaco/Documents/Cerrados%20-%20artigo%20literatura%20palestina/acordo israel-mercosul.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2023.

5 <https://www.un.org/press/en/2014/gaspd574.doc.htm>. Acesso em 08 de maio de 2023.

6 Ahmad Yaboub viveu e estudou em Cuba por sete anos, e por isso dominava muito bem o castelhano. Assim, parte de sua obra foi escrita tanto em árabe como em castelhano, a fim de que pudesse ser divulgada no ocidente. A edição citada é uma coletânea bilíngue (árabe e espanhol) de textos de Ahmad Yacoub organizado por Pilar González España: YACOUB, A. *El elogio de alcanfor*. Madri: Árdora, 2018.

7 Um excerto dessa narrativa foi publicado em espanhol na edição citada acima, de 2018. Yacoub me enviou o trabalho finalizado, mas ainda a ser revisado e acrescido de um estudo introdutório, em 2016. Infelizmente, ele faleceu precocemente de um ataque cardíaco em 2021, em Ramala. A publicação completa dessa linda e pungente narrativa permanece nos meus planos.

8 “Un sonido llenaba el horizonte y pensé que era el zumbido de los aviones de espionaje no tripulados (Dron), al que los niños de Gaza llaman ‘Sannan’, del verbo árabe zan que significa emitir zumbido. Los niños libaneses lo llamaron Um Kamel, con el nombre de un artista sirio que actúa como mujer y emite una voz muy zumbona. Pero lo que yo había escuchado no era el sonido del Sannan. Fueron los zumbidos de los barcos de guerra que los israelíes denominan El Dabboor, que en árabe quiere decir Avispa.”

9 Sobre a caracterização dos judeus como um povo, Maurício Tragtenberg escreve, em *A dialética do sionismo*: “É muito provável que os habitantes considerados árabes da Palestina possuíam mais “sangue” hebraico do que a maior parte dos judeus da Diáspora (Dispersão) cujo exclusivismo religioso não impedia a absorção dos convertidos de origem diversa. (...) Historicamente, bastará para nos convenceremos disso evocar o Estado judeu da Arábia do Sul no Século XI de base árabe meridional judaizada, o Estado judeu turco dos Khazars, no sudeste da Rússia nos séculos VIII a X, os judeus assimilados da China, os judeus negros do Cochim, os Falashas da Etiópia. Admite-se que o grupo heterogêneo formado por todos os judeus do mundo permanecesse em contato com o judaísmo religioso, fosse considerado dotado de caracteres permanentes a despeito de suas mudanças internas, cabe perguntar: como seria possível atribuir-lhes direitos sobre um território determinado? Nesse caso poderiam os árabes reivindicar a Espanha” (Revista Espaço Acadêmico. Ano II, Nº 22, p. 8. Publicação original em Nova Escrita Ensaio - Ano IV - Nº 10, 1982). Disponível em: <https://>

periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42253/751375139240

10 A edição que tomei como base (LAÂBI, Abdellatif (Org.) *Poesia palestina de combate*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981) traz uma nota em Nujub, dizendo apenas “célebre tribo da Arábia”. Não consegui encontrar informações sobre ela. Em outra tradução da mesma poesia, esses versos aparecem assim: “O meu pai... é de uma família de lavradores / Nada tem a ver com as pessoas notáveis (Tradução de Júlio de Magalhães. Disponível em: <https://icarabe.org/poesia/poesia-bilhete-de-identidade-de-mahmoud-darwish> Acesso em 27 de maio de 2023). Em uma tradução para o inglês, os versos ficaram: My father is from the family of the plough / Not from highborn nobles (Tradução de Denys Johnson-Davies. Disponível em: <https://www.twn.my/title2/resurgence/2016/310-311/poetry1.htm>. Acesso em 27 de maio de 2023). Isso dá uma ideia do significado da referência. Trata-se de distinguir o pai camponês da classe alta, dos senhores, nobres, notáveis.

11 Na edição que estou usando, há uma nota em “comunismo”, em que se lê: “Este verso foi suprimido nas edições árabes do poema, salvo na revista *At-Tarig*” (LAÂBI (Org.), 1981, p. 42). Com efeito, na outra tradução em português, bem como na tradução em inglês, esse verso não aparece. Em seu lugar, nas traduções referidas na nota anterior, lemos “E todos os homens... trabalham no campo e na pedreira” e “And all its men in the fields and quarry”.

12 Nos anos sessenta, Darwish fez parte do partido comunista de Israel (Rakah), em cuja revista publicou seus primeiros poemas e da qual se tornou editor. O Rakan surgiu de um racha do antigo partido comunista (Maki), entre a parcela sionista e o grupo árabe antissionista, que se aproximava do movimento da própria União Soviética de afastar-se do sionismo e tornar-se antissionista, lembrando que URSS constitui originalmente um apoio prático à tomada da Palestina nos anos quarenta e

cinquenta. O Rakah tornou-se o partido comunista reconhecido pela URSS. Hoje é parte do Haddash, sigla de Frente Democrática para a Paz e a Igualdade, uma aliança de partidos e organizações de esquerda e centro-esquerda, de cooperação árabe-judaica. Como membro do partido comunista, em 1970, Darwish foi estudar em Moscou, onde passou um ano, depois foi para o Egito e em seguida novamente para o Líbano, onde aderiu em 1973 à OLP. Viveu no exílio por 26 anos, alternando entre Beirute e Paris. Em 1995, recuperou a nacionalidade palestina.

13 Sobre esse tema, ver nesta edição o texto de Vera Cotrim, “A vida após o dilúvio: a emergência do trabalhador em sua nudez”.

14 O discurso está disponível em inglês em: <https://www.washington.edu/uwired/outreach/cspn/Website/Classroom%20Materials/Reading%20the%20Region/Texts%20by%20and%20about%20Natives/Texts/7.html>. Acesso em 28 de maio de 2023.

15 Nos anos sessenta, setenta e oitenta, a segunda maior organização da resistência palestina era comunista. A Frente Popular pela Libertação da Palestina foi fundada em 1967 por George Habash e tomou parte na OLP (Organização pela Libertação da Palestina), que emergira em 1964. Teve como porta-voz e uma das principais lideranças, entre outros militantes significativos, o escritor nacional Ghassan Kanafani. A primeira força na OLP era a Fatah, de Yasser Arafat, que se aproximava da social-democracia. Como é o destino historicamente reiterado das organizações social-democratas, que se recusam à radicalização comunista, a Fatah se encaminhou à capitulação e à conciliação com as forças de ocupação, tendo perdido atualmente o seu apoio popular. Essa perda de apoio se relaciona com os acordos de Oslo assinados por Arafat em 1993, à qual a maior parte da população era contra, bem como a sua morte – por mais que suas ações sejam controversas, a sua extração popular e a sua liderança eram amplamente reconhecidas e aglutinadoras. Em nossa viagem à Palestina, pudemos observar que, nas casas populares, são muito comuns as

imagens nas paredes que retratam a mesquita de Al-Aqsa e Arafat. Mesmo assim, nas conversas, fica claro que a Autoridade Nacional Palestina formada pela Fatah não representa mais os interesses de povo. O sucessor de Arafat na presidência, Mahmoud Abbas, não tem ligação com o povo e nem é reconhecido por ele com liderança. Tampouco o povo se identifica com o Hamas, segundo partido mais forte na Cisjordânia e governo de Gaza, que não é conciliador com as forças da ocupação, mas islâmico e conservador em outros aspectos. Como disse uma de nossas entrevistadas, que quis manter em sigilo a sua identidade, hoje o povo palestino tem de lutar contra os seus próprios governos antes de enfrentar a ocupação sionista. Quanto à FPLP, perdeu muita força no contexto dos acordos de Oslo e sua oposição na OLP. Hoje tem força localizada no interior da Cisjordânia, ganhando uma prefeitura e tendo votação expressiva em algumas localidades, mas não compete com a Fatah e o Hamas em nível nacional. O destino do partido comunista na Palestina parece ter semelhanças com o destino dos partidos comunistas em geral. Depois dos anos noventa, perdem inserção popular e veem os partidos de esquerda não comunistas ascenderem e ocuparem espaços, tornando-se progressivamente conciliadores. Na Palestina, os Acordos de Oslo são um marco no aprofundamento desse processo, aprofundando a conciliação pela Fatah e levando à ascensão de um partido islâmico. Darwish foi crítico dos dois movimentos, tendo também escrito contra o Hamas.

16 Tradução minha a partir da versão em inglês: “Take my motherland by the sword! / I refuse to sign a treaty between victim and killer. / I refuse to sign a bill of sale / that takes possession / of so much as one inch of my weed patch, / of so much as one inch of my cornfield / even if it's my last salutation to the sun!”

17 Tradução minha a partir da versão em inglês: “In rooms you build, / the dead are already asleep. / Over bridges you construct, / the dead are already passing. / There are dead who light up the night of butterflies, / and the dead who come at dawn to drink your tea/ as peace-

ful as on the day ypur / guns mowed them down, / O you who are guests in this place, / leave a few chairs empty / for your hosts to read out / the conditions for peace / in a treaty with the dead.

18 Notemos que os contratos de trabalho são respeitados apenas com base na força da organização da classe trabalhadora.

19 A América

das flores mortuárias
danças e ritmos sobre as ruínas

de vocês não sobra mais que os filmes
que provocam risos... e as lágrimas
Ó meus irmãos os mortos
que provocam o riso e as lágrimas!
os campos dos colonos se estendem por
toda parte

amplos, ricos verdejantes
as fábricas dos colonos ensurdecem o
mundo com a sua algazarra
infectam o céu
que posso dizer, irmãos meus?
que vossa história durma em paz
e morte a civilização
que se edifica sobre as ruínas

e o sangue! (JABRAN, in LAÂBI (Org.), 1981, p. 120)

COMO CITAR

COTRIM, A. A. Identidade e universalidade palestina: uma apresentação do poeta Mahmoud Darwish. *Revista Cerrados*, 32(62), p. 59–76. 2023. <https://doi.org/10.26512/cerrados.v31i58.41259> cerrados/article/view/42211.